



Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.193.149/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e demais diretrizes previstas Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Mercado de Atuação
A Santander Leasing, Instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, atua no mercado de arrendamento mercantil sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander (Brasil) S.A.

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 31 de dezembro de 2022 o lucro líquido apresentado no acumulado do período foi de R\$568

milhões, correspondente a R\$3,46 por lote de mil ações e rentabilidade anualizada de 4,97% sobre o patrimônio líquido médio e retorno de 4,34% sobre os ativos totais médios O patrimônio líquido atingiu o montante de R\$11.664 milhões.

Ativos e Passivos
Em 31 de dezembro de 2022, os ativos totais atingiram R\$13.283 milhões, destacando-se R\$1.682 milhões por Títulos e Valores Mobiliários e R\$2.863 milhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, registrado a valor presente. No passivo, destaca-se em captações o valor de R\$367 milhões por debêntures.

Auditoria Independente
A política de atuação da Santander Leasing na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu

cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

A Santander Leasing informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Ademais, a Santander Leasing confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 29 de março de 2023

A Diretoria

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

BALANÇO PATRIMONIAL			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
Ativo	Notas Explicativas	31/12/2022	
		31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante e não Circulante		13.282.708	12.900.045
Disponibilidades	4&16.d	8.382	7.853
Instrumentos Financeiros		2.119.146	2.473.481
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5&16.d	437.313	50.418
Títulos e Valores Mobiliários	6.a	1.681.833	2.423.063
Operações de Arrendamento Mercantil (Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)		7.1	(20.951)
Outros Ativos	7.f	(17.688)	(20.951)
Ativos Fiscais	8	1.123.405	973.638
Contas	9.a	1.181.420	1.058.146
Diferidos		356.259	244.779
Diferidos		825.161	813.367
Investimentos	6	6.004.957	5.874.874
Participações em Coligadas e Controladas	10	6.004.957	5.874.874
Imobilizado de Uso	11	-	-
Imóveis de Uso		1.387	1.387
Outras Imobilizações de Uso (Depreciações Acumuladas)		17	17
		(1.404)	(1.404)
Total do Ativo		13.282.708	12.900.045

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Notas Explicativas	01/01 a 31/12/2022		01/01 a 31/12/2021
		31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Receitas da Intermediação Financeira		284.363	459.034	613.365
Operações de Arrendamento Mercantil		201.864	356.103	230.160
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		82.499	102.931	383.205
Despesas da Intermediação Financeira		(31.657)	(72.418)	(30.953)
Operações de Captação no Mercado	16.d	(28.579)	(62.045)	(19.866)
Operações de Empréstimos e Repasses		(828)	(3.342)	(350)
Provisão (Reversão) para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.f	(2.250)	(7.031)	(10.737)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		252.706	386.616	582.412
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		160.422	136.609	46.490
Receitas de Prestação de Serviços		536	932	1.243
Outras Despesas Administrativas	17	(4.755)	(8.585)	(12.105)
Despesas Tributárias	9.d	(42.881)	(77.951)	(52.336)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	10	141.699	34.265	109.471
Outras Receitas Operacionais	18	87.833	193.166	47.168
Outras Despesas Operacionais	19	(22.010)	(73.218)	(46.951)
Resultado Operacional		413.128	765.225	628.902
Resultado não Operacional		20	3.400	866
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		416.528	768.625	629.768
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.c	(118.517)	(213.996)	(257.217)
Provisão para Imposto de Renda		141	(30.142)	(70.708)
Provisão para Contribuição Social		(50.101)	(86.316)	(80.535)
Ativo Fiscal Diferido		(68.557)	(97.538)	(105.974)
Lucro Líquido		298.011	568.024	372.551
Número de Ações (Mil)	15.a	164.245	164.245	164.245
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		1.814,43	3.458,39	2.268,26

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado						
	Notas Explicativas	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	
		Capital Social	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Próprios	Coligadas e Controladas
Saldos em 31 de dezembro de 2020		4.720.030	402.846	681.957	28.116	-
Aumento de Capital	15.a	5.365.189	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial – Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(376.836)	(590)
Lucro Líquido		-	-	-	-	372.551
Destinações:						
Reserva Legal	15.c	-	18.628	-	-	(18.628)
Dividendos Mínimos	15.b	-	-	-	-	(21.235)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	166.344	-	(166.344)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	-	166.344	-	(166.344)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		10.085.219	421.474	1.014.645	(348.720)	(590)
Mutações no Exercício		5.365.189	18.628	332.688	(376.836)	(590)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		10.085.219	421.474	1.014.645	(348.720)	(590)
Ajustes de Avaliação Patrimonial – Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(6.006)	(36.580)
Lucro Líquido		-	-	-	-	568.024
Destinações:						
Reserva Legal	15.c	-	28.401	-	-	(28.401)
Dividendos Mínimos	15.b	-	-	-	-	(32.517)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	253.553	-	(253.553)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	-	253.553	-	(253.553)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		10.085.219	449.875	1.521.751	(355.326)	(37.170)
Mutações no Exercício		10.085.219	28.401	507.106	(6.006)	(36.580)
Saldos em 30 de junho de 2022		10.085.219	434.975	1.271.157	(338.585)	(74.267)
Ajustes de Avaliação Patrimonial – Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(16.741)	37.097
Lucro Líquido		-	-	-	-	298.011
Destinações:						
Reserva Legal	15.c	-	14.900	-	-	(14.900)
Dividendos Mínimos	15.b	-	-	-	-	(32.517)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	125.297	-	(125.297)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	-	125.297	-	(125.297)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		10.085.219	449.875	1.521.751	(355.326)	(37.170)
Mutações no Semestre		10.085.219	449.875	1.521.751	(355.326)	(37.170)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional e Reestruturação Societária
a) Contexto Operacional
A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Amador Bueno, 474, Bloco C, 1º andar, Santo Amaro, CEP 04752-901, São Paulo – SP, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander. As operações da Santander Leasing são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

b) Reestruturação Societária
Em 11 de maio de 2021, o Banco Santander e o Banco Bandepe S.A. (“Bandepe”) celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações por meio do qual o Banco Santander adquiriu a totalidade da participação societária detida pelo Bandepe na Santander Leasing, que corresponde a 21,42%. Nessa operação o Banco Santander passou a ser o único acionista da Santander Leasing.

Em 27 de maio de 2021, foi deliberada a incorporação da totalidade das ações do Bandepe pela Santander Leasing, a fim de converter o Bandepe em uma subsidiária integral da Santander Leasing (“Incorporação de Ações”). A Incorporação de Ações resultou em um aumento do capital social da Santander Leasing de R\$5.365.189,006,65 (cinco bilhões, trezentos e sessenta e cinco milhões, cento e oitenta e nove mil, oitenta reais e sessenta e cinco centavos), em razão da incorporação das ações de emissão do Banco Bandepe detidas pelo Banco Santander.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Santander Leasing foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Os seguintes normativos entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022:

- Resolução CMN nº 4.817/2020, que trata sobre critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto. A Santander Leasing já adota o procedimento estabelecido.
- Resolução CMN nº 4.924/2021, que dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis. Dentre as principais alterações está a adoção de pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): (i) CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; (ii) CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; (iii) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; (iv) CPC 46 – Mensuração do Valor Justo; e (v) CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. A Santander Leasing já adota estes pronunciamentos técnicos.
- Resolução CMN nº 4.967/2021, que determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado. A Santander Leasing já adota os procedimentos estabelecidos.

A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2022. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.

A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Bacen. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF pela Santander Leasing, estão contidas no Plano de Implementação do Conglomerado Santander.

O Plano de Implementação dos referidos normativos no Conglomerado Santander está segregado em três pilares:

(i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação;

(ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas;

(iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo Bacen para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

A Resolução CMN nº 4.975/2021, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. A Santander Leasing está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma.

A Instrução Normativa BCB nº 319/2022 revoga a partir de 1º de janeiro de 2023 a Carta-Circular nº 3.429/2010, que estabelece regras para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial, trazendo convergência à norma internacional IAS 37, cujo correspondente no Brasil é o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A Santander Leasing está avaliando impactos desta normativa.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, passivos contingentes e o valor justo dos ativos financeiros.

A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022, na reunião realizada em 29 de março de 2023.

3. Principais Políticas Contábeis
a) Apuração do Resultado
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a incidência ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Leasing.

c) Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com convertibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

f) Títulos e Valores Mobiliários
A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Santander Leasing de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

- (1) da adequação conta de receita ou despesa líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
- (2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

g) Carteira de Arrendamento Mercantil e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito
A carteira de crédito inclui as operações de arrendamentos a receber e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indicadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadoras de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

Quando a Santander Leasing efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/2008 e Resolução CMN nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objeto da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A Resolução CMN nº 4.855 de 24 de setembro de 2020, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, determina que, para os critérios de provisão de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da COVID-19 na economia, nas quais haja compartilhamento de recursos ou de riscos entre a União e as instituições participantes ou garantia prestada pela União, os percentuais definidos na Resolução nº 2.682, devem ser aplicados somente sobre a parcela do valor contábil da operação, cujo risco de crédito é detido pela instituição. Nos casos de transferência para prejuízo, o montante levado para contas de compensação deve ser de 100% do saldo da operação.

h) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda
Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que fazem parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

A partir de 01 de janeiro de 2021 entraram em vigor as Resoluções CMN nº 4.747 e nº 4.748 de agosto de 2019 e a Carta-Circular BACEN nº 3.994, que estabelecem critérios para reconhecimento e mensuração de ativos não financeiros mantidos para venda pelas Instituições Financeiras.

A Resolução CMN nº 4.747, entre outros requisitos, estabelece que a dependência da origem dos ativos não financeiros mantidos para venda, as instituições financeiras devem os classificar como:

- a) próprios;
- b) recebidos em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa como forma de pagamento de instrumentos financeiros de duvidosa solução não destinados ao uso próprio.

A Resolução CMN nº 4.748, estabelece que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (CPC46) na mensuração de elementos patrimoniais e de resultado, nas situações em que a mensuração pelo valor justo de tais elementos esteja prevista em regulamentação específica.

i) Despesas Antecipadas
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de arrendamento mercantil.

j) Investimentos
Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

k) Imobilizado de uso
É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4% e instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%.

l) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias
A Santander Leasing é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação às saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 14.g) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impretadas.

m) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (



Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Brasil na constituição ou baixa do ativo fiscal diferido e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	8.382	7.853	10.248
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	118.680	50.418	141.828
Aplicações no Mercado Aberto	-	-	71.421
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	118.680	50.418	70.405
Total	118.680	58.271	152.475

As informações relativas a 31 de dezembro de 2020 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2022			31/12/2021		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	281.701	155.612	437.313	50.418	-	50.418
Total	281.701	155.612	437.313	50.418	-	50.418

6. Títulos e Valores Mobiliários

a) Resumo da Carteira por Categoria e Vencimento

	31/12/2022		31/12/2021		Abertura por Vencimento	31/12/2021
	Justa a Mercado Refletido no Amortizado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil		
Títulos Disponíveis para Venda						
Títulos Públicos - Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.302.923	(621.090)	1.681.833	2.423.063	1.681.833	1.681.833
Total	2.302.923	(621.090)	1.681.833	2.423.063	1.681.833	1.681.833
Circulante						
Títulos Disponíveis para Venda	2.302.923	(621.090)	1.681.833	2.423.063	1.681.833	1.681.833

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizado e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços.

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Rendas com Títulos de Renda Fixa	51.475	378.950
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 16.d)	51.456	4.255
Total	102.931	383.205

7. Carteira de Arrendamento Mercantil e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

a) Composição da Carteira

	31/12/2022	31/12/2021
Operações de Arrendamento Mercantil ⁽¹⁾	2.863.086	2.533.004
Total	2.863.086	2.533.004

⁽¹⁾ Os contratos de arrendamento têm cláusulas de não cancelamento e de opção de compra e são pactuados a taxas pré ou pós-fixadas.

b) Carteira de Arrendamento Mercantil

	31/12/2022	31/12/2021
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	3.211.217	2.846.063
Arrendamentos a Receber	2.095.072	1.919.304
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	1.116.145	926.759
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(2.093.935)	(1.917.884)
Valores Residuais a Balançar	(1.116.145)	(926.759)
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	901	957
Imobilizado de Arrendamento	5.101.376	4.355.297
Credores por Antecipação de Valor Residual	(2.240.328)	(1.824.670)
Total da Carteira de Arrendamento	2.863.086	2.533.004

⁽¹⁾ Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

c) Carteira por Vencimento

	31/12/2022	31/12/2021
Vencidas	2.023	3.453
A Vencer:		
Até 3 Meses	323.634	284.775
De 3 a 12 Meses	816.395	730.633
Acima de 12 Meses	1.721.034	1.514.143
Total	2.863.086	2.533.004
Circulante	1.140.029	1.015.408
Não Circulante	1.723.057	1.517.596

d) Carteira por Setor de Atividades

	31/12/2022	31/12/2021
Sector Privado		
Indústria	443.160	512.246
Comércio	594.994	602.760
Instituições Financeiras	1.642	1.944
Serviços e Outros	1.741.872	1.308.146
Pessoas Físicas - Financiamento e Leasing de Veículos	51.065	42.220
Agricultura	29.767	64.788
Sector Público		
Governo Municipal	586	900
Total	2.863.086	2.533.004

e) Carteira de Arrendamento Mercantil e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Créditos Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão			Carteira Total	Provisão Requerida
	Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾		
AA	-	1.794.034	-	1.794.034	-
A	0,5%	582.449	-	582.449	2.912
B	1%	362.703	-	362.703	3.627
C	3%	96.548	2.657	99.205	2.976
D	10%	17.152	762	17.914	1.791
E	30%	199	55	254	76
F	50%	-	315	315	158
G	70%	-	214	214	150
H	100%	2.110	3.888	5.998	5.998
Total		2.855.195	7.891	2.863.086	17.688
Provisão Circulante					6.763
Provisão Não Circulante					10.925

Nível de Risco	% Provisão			Carteira Total	Provisão Requerida
	Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾		
AA	-	1.648.958	-	1.648.958	-
A	0,5%	443.643	-	443.643	2.218
B	1%	386.259	98	386.357	3.864
C	3%	21.887	4.359	26.246	789
D	10%	11.387	1.235	12.622	1.262
E	30%	320	941	1.261	378
F	50%	28	2.072	2.100	1.050
G	70%	102	1.321	1.423	996
H	100%	5.812	4.582	10.394	10.394
Total		2.518.396	14.608	2.533.004	20.951
Provisão Circulante					7.468
Provisão Não Circulante					13.483

f) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Saldo Inicial	20.951	16.457
Constituições	7.031	10.737
Baixas	(10.293)	(6.243)
Saldo Final	17.689	20.951
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	4.085	5.384

⁽¹⁾ Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica operações de arrendamento mercantil

g) Créditos Renegociados

	31/12/2022	31/12/2021
Créditos Renegociados	2.378	5.058
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(2.179)	(3.578)
Percentual de cobertura sobre a carteira de renegociação	91,6%	70,7%

8. Outros Ativos

	31/12/2022	31/12/2021
Devedores por Depósitos em Garantia Para Interposição de Recursos Fiscais	889.760	834.501
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	-	-
Para Interposição de Recursos Cíveis	27.642	14
Outros	1.600	1.589
Despesas Antecipadas	3.669	4.519
Rendas a Receber	73.103	-
Pagamentos a Ressarcir	-	66
Outros	127.631	101.929
Total	1.123.405	973.638
Circulante	125.017	27.063
Não Circulante	998.388	946.575

9. Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Fiscais Diferidos	825.161	813.367
Impostos a Recuperar - Imposto de Renda e Contribuição Social	356.259	244.779
Total	1.181.420	1.058.146
Não Circulante	1.181.420	1.058.146

a.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens		Saldo em Consti-tuição	Reali-zação	Saldo em 31/12/2022	
	31/12/2022	31/12/2021				
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	265.877	281.012	112.405	3.337	(9.391)	106.351
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	-	-	-	41	(24)	17
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	27.477	21.049	8.384	5.863	(3.292)	10.955
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	700.075	670.571	245.270	16.670	(4.867)	257.073
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	621.090	-	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedge de Fluxo de Caixa	-	1.800.288	260.824	133.916	(128.975)	265.765
Outras Provisões Temporárias	39.510	60.345	17.875	2.012	(6.908)	12.979
Fiscais Diferidos sobre						
Diferenças Temporárias	1.654.029	2.833.265	644.758	161.839	(153.457)	653.140
Prejuízos Fiscais	35.426	33.407	168.609	21.452	(18,040)	172.021
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos	1.689.455	2.866.672	813.367	183.291	(171,497)	825.161

⁽¹⁾ Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Santander Leasing não possui ativos fiscais diferidos não ativos.

a.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

Ano	31/12/2022		
	Diferenças Temporárias	Prejuízos Fiscais	Total
2023	148.463	113.011	5,776
2024	59.713	35.651	5,776
2025	54.098	33.028	5,776
2026	29.615	17.766	5,776
2027	110.696	20.142	5,776
2028 a 2032	860	1,217	-
Total	403.445	220.815	28.880

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

Com base na Resolução CMN nº 4.818/2020 e na Resolução BCB nº 2/2020, os ativos fiscais diferidos devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

a.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente total dos ativos fiscais diferidos é de R\$170.771 (31/12/2021 - R\$764.663) calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

b) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
Passivos Fiscais Diferidos	373.138	268.747
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	48.795	64.941
Impostos e Contribuições a Pagar	7.549	13.073
Total	429.482	346.761
Circulante	56.344	78.014
Não Circulante	373.138	268.747

b.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origens		Saldo em 31/12/2021	Constituição	Saldo em 31/12/2022
	31/12/2022	31/12/2021			
Superveniência de Arrendamento Mercantil	1.342.188	924.624	231.156	104.391	335.547
Outros	93.976	96.977	37.591	-	37.591
Total	1.436.164	1.021.601	268.747	104.391	373.138

b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

Ano	31/12/2022		
	IRPJ	CSLL	Total
2023	175.605	4.699	180.304
2024	175.605	4.699	180.304
2025	7.831	4.699	12.530
Total	359.041	14.097	373.138

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Imposto de Renda	782.020	629.768
Contribuição Social	(316.386)	(271.813)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	138.926</	



Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.193.149/0001-06

ADMINISTRAÇÃO

Diretoria

Diretora Presidente
Vanessa de Souza Lobato

Diretor
Antonio Pardo Santayana Montes

Diretor
Reginaldo Antonio Ribeiro

Contador

Diego Santos Almeida - CRC nº 1SP 316054/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais

distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2023



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

